

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

ADINEIA SILVA BORGES

**DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO ENTRE OS REEDUCANDOS DA PENITENCIÁRIA
REGIONAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA/RO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO
2015**

ADINEIA SILVA BORGES

**DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO ENTRE OS REEDUCANDOS DA PENITENCIÁRIA
REGIONAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA/RO**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da
Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR –
Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles –
Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação da
professora Mestra Ozana Rodrigues Boritza.

**CACOAL – RO
2015**

Borges, Adineia Silva.

B732d Discriminação de gênero entre reeducandos da penitenciária regional de Rolim de Moura/ Adineia Silva Borges – Cacoal/RO: UNIR, 2015.
60 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientadora: Prof. Ma. Ozana Rodrigues Boritza.

1. Direito penal. 2. Sistema prisional. 3. Gênero - Discriminação. I. Boritza, Ozana Rodrigues. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 343

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

**DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO ENTRE OS REEDUCANDOS DA PENITENCIÁRIA
REGIONAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA/RO**

ADINEIA SILVA BORGES

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professora M.a Ozana Rodrigues Boritza UNIR - Presidente

Professora M.a. Daeane Zulian Dorst - UNIR - Membro

Professor M.e. Afonso Maria das Chagas - UNIR - Membro

Conceito: _____

Cacoal, ____/____/____.

Dedico este trabalho aos meus amados pais, Amália Silva Borges e David Vilaça Borges (em memória) por sempre acreditarem em meu potencial e por sempre me apoiarem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me ajudar nos momentos difíceis e por permitir que finalizasse mais uma etapa de minha vida.

A minha orientadora, Professora Mestra Ozana, pela paciência e disponibilidade em transmitir seus conhecimentos.

A Professora Mestra Daeane, pela ajuda na elaboração deste trabalho, bem como pelos incentivos.

Agradeço também aos demais professores da Universidade Federal de Rondônia, que fizeram parte do meu aprendizado acadêmico, em especial aos professores Moraes e Bruno.

As minhas melhores amigas Nédia, Leilane, Oliliane, Renata e Vanessa Fernanda, por toda compreensão e paciência que tiveram comigo durante o curso.

Ao Edson e Gilson, pela amizade e por todas as caronas durante os cinco anos de curso.

“Todos somos iguais perante a lei, mas não perante os encarregados de fazê-las cumprir.”

(S. *JERZY LEC*).

RESUMO

O trabalho em questão apresenta a verificação da existência ou não de discriminação de gênero entre reeducandos da Penitenciária Regional do Município de Rolim de Moura/RO por meio de análise histórica, social e jurídica. Traz à baila os princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana, bem como direitos previstos na Lei de Execuções Penais. Sabe-se que a Constituição Federal de 1988 prevê expressamente a igualdade de gênero que visa promover a isonomia jurídica e social entre homens e mulheres. Por outro lado, apesar de algumas “conquistas” femininas e existência de legislação no ordenamento brasileiro, não é possível afirmar se há ou não igualdade de fato no âmbito jurídico e social. Para sua realização, foi utilizado a pesquisa exploratória, o método da dogmática jurídica, assim como o procedimento técnico aplicado foi de pesquisa de campo e bibliográfica.

Palavras-chave: Igualdade. Discriminação de gênero. Sistema Prisional.

ABSTRACT

The work presents the verification of the existence or not existence of gender discrimination, between prisoner of Penitentiary Regional Municipality of Rolim de Moura / RO through a historical analysis, social and legal. It brings the constitutional principles of equality and human dignity and rights under the law of criminal executions. It is known that the Federal Constitution of 1988 expressly provides for gender equality to promote the legal and social equality between men and women. However, despite some "achievements" women and the existence of legislation in the Brazilian legal system, it is not possible to say if there is indeed equality in legal and social context. For its realization was used to exploratory research, legal dogmatic method and the technical procedure was applied field research and literature.

Keywords: Equality. Gender discrimination. Prison system.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	11
1.1 SISTEMA CARCERÁRIO NO BRASIL.....	13
1.2 SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA	14
1.3 UNIDADES PRISIONAIS DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA	16
2 DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA PRISIONAL.....	17
2.1 PRINCÍPIOS DA HUMANIZAÇÃO DAS PENAS.....	19
2.2 DIREITOS DOS PRESOS EM FACE DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	22
2.3 CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	27
3. DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO ENTRE REEDUCANDOS	34
3.1 PENITENCIÁRIA DE ROLIM DE MOURA/RO.....	39
3.2 PESQUISA DE CAMPO.....	40
3.2.1 Quanto à estrutura da unidade prisional	41
3.2.2 Quanto ao trabalho na unidade prisional	47
3.2.3 Quanto ao estudo no estabelecimento prisional	49
3.2.4 Quanto às assistências: à saúde, social e religiosa	51
3.2.5 Quanto à atuação dos órgãos componentes do sistema penitenciário local.....	51
3.2.6 Quanto aos projetos de reinserção social	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS	57

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar se há ou não discriminação de gênero entre reeducandos condenados a pena privativa de liberdade em regime fechado, bem como se os princípios da igualdade, da dignidade da pessoa humana e direitos previstos na Lei de Execução Penal (LEP) estão sendo aplicados de forma igualitária aos apenados da Penitenciária Regional do município de Rolim de Moura/RO.

Espera-se contribuir com essas informações para o desenvolvimento do estudo sobre a forma adequada de aplicação das garantias e direitos constitucionais, assim como as infraconstitucionais aos reeducandos condenados à pena privativa de liberdade, possibilitando, assim, aplicação do direito de forma mais justa e isonômica, despertando pesquisas futuras a fim de melhorar os estudos aqui realizados.

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, *caput*, dispõe expressamente sobre o princípio da igualdade, sendo reiterado, sob o aspecto do gênero, no inciso I do referido artigo. Esta garantia constitucional visa promover a isonomia jurídica e social entre homens e mulheres. Todavia, mesmo com a garantia expressa no ordenamento jurídico pátrio, a referida igualdade não vem sendo aplicada de forma concreta no âmbito jurídico e social. Deste modo, o trabalho se estruturará em três capítulos.

No primeiro capítulo, serão abordados os principais aspectos relacionados ao Sistema Penitenciário brasileiro, tais como: sistema adotado, objetivos, órgãos que o compõem, assim como as principais informações relacionadas ao Sistema prisional

do Estado de Rondônia e Unidades prisionais localizadas no município de Rolim de Moura.

Ato contínuo, o segundo capítulo analisará os Direitos Humanos no Sistema Prisional, os princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana e verificará se estes são efetivados no Sistema. Será elaborada também uma abordagem sobre Sistema carcerário brasileiro, direitos previstos na Lei de execuções penais, bem como a crise e falência institucional relacionado ao Sistema.

Em seguida, abordará o terceiro capítulo aspectos históricos e sociais da (des) igualdade de gênero, assim como suas implicações no Sistema prisional e, principalmente, verificará a existência ou não de discriminação de gênero entre reeducandos, de forma negativa, na Penitenciária de Rolim de Moura.

A abordagem do tema está depreendida através de um estudo teórico e uma análise prática de casos concretos. Para tanto, foi utilizado o método dedutivo, a pesquisa exploratória, a dogmática jurídica. Os procedimentos técnicos aplicados foram a pesquisa de campo qualitativa e bibliográfica (partindo esta última de material já publicado), constituída principalmente de livros doutrinários e artigos científicos atinentes ao tema.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais sobre toda a pesquisa acadêmica com a finalidade de demonstrar a existência ou não da discriminação de gênero entre reeducandos da Penitenciária do município de Rolim de Moura/RO. Espera-se que os resultados dessa pesquisa possam contribuir, de alguma forma, para futuros estudos de análise científica sobre o tema.

1 SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Primeiramente, antes de analisar o sistema penitenciário brasileiro, convém elaborar um breve relato sobre as formas de sistema prisional para cumprimento de pena e a evolução dos mesmos. Na atualidade, três são os sistemas prisionais existentes: o Pensilvânico ou Celular, o Auburniano e o Progressivo. Esses modelos possuem características e objetivos diversos e, paulatinamente, foram evoluindo tanto social quanto juridicamente.

O Sistema Pensilvânico ou Celular surgiu no ano de 1790, após a construção da primeira prisão norte-americana, chamada de *Walnut Street Jail*. Tal método tinha como objetivo o isolamento integral do preso, sendo que:

[...] Era o denominado sistema pensilvânico, onde havia isolamento completo do condenado, que não podia receber vistas, a não ser dos funcionários, membros da Associação de Ajuda aos Presos e do Sacerdote. O pouco trabalho realizado era manufaturado. Vigorava a lei do silêncio, separando-se os presos em celas individuais, o que não deixava de ser uma vantagem se comparado à promiscuidade das celas coletivas dos dias de hoje (NUCCI, 2014, p. 12).

Adiante, o tema Auburniano surgiu no ano de 1816, com a construção da prisão de Auburn nos Estados Unidos, como forma ou meio de superar os defeitos do regime celular. Esse sistema estabelece diferenças em relação ao Pensilvânico, pois os apenados eram submetidos ao isolamento noturno, entretanto era permitido trabalhar durante o dia. Nesta temática, a seguinte transcrição:

[...] Preocupava-se, essencialmente, com a obediência do criminoso, com a segurança do presídio e com a exploração da mão de obra barata. Adotou a regra do silêncio absoluto, voltado ao controle dos condenados, mas fomentou diferentemente do pensilvânico, o trabalho do preso durante o dia (NUCCI, 2014, p.12-13).

Por fim, o Sistema Progressivo teve início com a imposição definitiva da pena privativa de liberdade. Seu principal objetivo seria estimular a boa conduta do reeducando promovendo, assim, a sua ressocialização.

O Brasil adotou o sistema progressivo. Desta maneira, as penas privativas de liberdade são cumpridas em Estabelecimento Penitenciário (regime fechado),

Colônia Agrícola, Industrial ou similar (regime semiaberto) ou Casa do Albergado (regime aberto). Conforme prevê o art. 33, do Código Penal:

Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

Outrossim, na fase inicial do cumprimento da pena haverá reclusão ou isolamento do sentenciado; na segunda, será permitido o trabalho; e na terceira, pode haver a liberdade condicional. Este sistema é dotado de grande aceitação, visto que estimula o reeducando a ter o hábito de trabalhar e manter boa conduta, sendo este um dos requisitos para progressão de regime mais brando.

Vale ressaltar que a execução penal tem o objetivo não só de efetivar as disposições da sentença ou decisão, mas também de garantir a reinserção social do condenado, conforme disciplinado no art. 1º, da Lei de Execução Penal *in verbis*:

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Nesta perspectiva, para efetivar os objetivos da execução, vários órgãos administrativos foram instituídos como parte do Sistema penitenciário - sendo esses indispensáveis para o bom andamento da execução da pena, principalmente da pena privativa de liberdade. Desta forma, a LEP prevê em seu dispositivo legal:

Art. 61. São órgãos da execução penal:
I - o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
II - o Juízo da Execução;
III - o Ministério Público;
IV - o Conselho Penitenciário;
V - os Departamentos Penitenciários;
VI - o Patronato;
VII - o Conselho da Comunidade.
VIII - a Defensoria Pública.

Ademais, cada órgão da execução tem função específica que visa garantir o bom andamento e cumprimento da execução das penas criminais, a ressocialização, assim como a futura reinserção do reeducando no convívio social.

Ainda sobre as penas vigentes, o Código Penal dispõe de várias, dentre elas encontra-se a privativa de liberdade, restritiva de direito e multa, conforme dispõe o art. 32 do aludido código. Contudo, a Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, inciso XLVII, veda expressamente as penas de morte (salvo guerra declarada), de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, além das cruéis e de banimento, conforme transcrição abaixo:

XLVII – Não haverá penas:

- a) De morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) De caráter perpétuo;
- c) De trabalhos forçados;
- d) De banimento;
- e) Cruéis.

De acordo com Celso Luis Limonge (2013), os textos visam assegurar a prevalência dos direitos humanos e discrepância entre determinação legal e realidade. Assustam, pois, as agruras pelas quais passam os presidiários em todo o país, a começar pela superlotação carcerária, o que implica falta de espaço até para dormir. Por consequência, este depósito de presos, é considerada uma das mais sérias violações aos direitos humanos, tendo em vista que obriga os condenados a cumprirem pena em condições degradantes, indignas e desumanas.

1.1 O SISTEMA CARCERÁRIO NO BRASIL

A população carcerária brasileira, segundo o último levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base nos dados do Centro Internacional de Estudos Prisionais – ICPS, apresentado no dia 05 de junho do ano de 2014, conta com 715,6 mil presos, tendo, assim, a terceira maior população carcerária do mundo. Os Estados Unidos da América - EUA lideram a lista com 2,2 milhões de presos, seguidos pela China, com 1,7 milhão.

Ainda, a referida população é constituída, em sua maioria, por homens, adultos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos e pobres. A feminina, constituída também de mulheres adultas, jovens e pobres aumenta de forma progressiva, sobretudo em virtude da criminalização feminina pelo crime de tráfico de drogas. Na verdade, uma questão tipicamente social.

Os números apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a representantes dos Tribunais de Justiça brasileiros levam em conta as 147.937 pessoas em prisão domiciliar. Para realizar o levantamento inédito, o CNJ consultou os juízes responsáveis pelo monitoramento do sistema carcerário dos 26 (vinte e seis) Estados e do Distrito Federal. De acordo com os dados anteriores do CNJ, quando não se contabilizavam prisões domiciliares, a população carcerária era de 563.526 (quinhentos e sessenta e três mil e quinhentos e vinte e seis) no mês de maio de 2014.

Desta forma, de acordo com a vice-procuradora-geral da República, Ela Wiecko, em entrevista à Agência Brasil no mês de Junho/2014, segundo dados do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas socioeducativas – DMF do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, existem mais de 373.000 (trezentos e setenta e três mil) mandados de prisão abertos. Se eles fossem cumpridos, o número de presos poderia chegar a 1.090.000 (um milhão e noventa mil) e o déficit de vagas a 733.000 (setecentos e trinta e três mil).

1.2 SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Inserido na temática brasileira, o sistema penitenciário do Estado de Rondônia, até o ano de 1980, pertencia a Secretaria de Segurança Pública. Em 1981, com a elevação do Território à categoria de Estado, ocorreu a independência do sistema penitenciário, através do Decreto n.º 19, de 31 de dezembro de 1981.

O referido decreto determina a estrutura e a competência com a qual se promoveria a administração dos presídios existentes na época através da Secretaria do Interior e Justiça (SEIJUS), que contava com um número de quatro presídios no Estado. Destes, três se localizavam na capital Porto Velho e um, na cidade de Jiparaná, interior do Estado (FRANCO, 2008).

A Lei Complementar n.º 42, de 1991 estabeleceu a mudança na denominação da Secretaria, passando a mesma a ser denominada Secretaria de Estado e Justiça e Cidadania – SEJUCI. Em seguida, porém, recebeu outra denominação: Superintendência de Justiça Defesa e Cidadania - SUJUDECI.

No ano de 2000 ocorreu nova alteração, sendo que a Secretaria recebe o nome de Superintendência de Assuntos Penitenciários (SUPEN). Em 2004, alterou-se para Secretaria de Assuntos Penitenciários (SEAPEN). Em seguida, substituído por Secretaria de Estado de Justiça do Estado de Rondônia (SEJUS), conquistando autonomia financeira e administrativa na execução de suas atribuições de reger o sistema penitenciário do Estado (FRANCO, 2008).

Atualmente, segundo último Censo estatístico do mês de agosto de 2013 da Secretaria de Estado e Justiça, a população carcerária do Estado de Rondônia é formada por 7.840 (sete mil oitocentos e quarenta) reeducandos, distribuídos em 51 (cinquenta e um) estabelecimentos prisionais no território do Estado. Deste total, 3.636 (três mil seiscentos e trinta e seis) apenados estão na capital e os outros 4.204 (quatro mil duzentos e quatro), no interior do Estado.

Todavia, a capacidade ocupacional, segundo o referido censo institucional, está num total de 4.928, assim distribuída: 1.926 na capital e 3.002 no interior. Outrossim, o monitoramento eletrônico de presos sentenciados, afirma o Censo, totaliza 520 (quinhentos e vinte vagas) reeducandos em todo o Estado.

Ocorre, porém, que o Conselho Nacional de Justiça apresentou no mês de Junho/2014 no Censo estatístico nacional (anexo) sobre a população carcerária brasileira (na qual consta especificada a realidade de cada Estado Federado), Rondônia como apresentando uma população de 7.674 apenados. Deste resultado, sendo 20% constituída por presos provisórios, com 2.247 presos em cumprimento de prisão domiciliar e um déficit de vagas de 2.693 vagas, já que a capacidade real de todas as unidades prisionais no Estado está em torno de 4.981 vagas, ou seja, um déficit bem maior do que aquele apresentado pela Secretaria de Justiça do Estado de Rondônia.

Entretanto, comparando as duas estatísticas, a realidade percebida não se altera, apresentando no Censo nacional tão somente uma pequena redução no total geral de encarcerados, pois os dados são aproximados, devendo levar-se em conta que ambos foram apresentados num intervalo de 01 (um) ano.

1.3 UNIDADES PRISIONAIS DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

O município de Rolim de Moura possui uma população de 55 807 habitantes. A cidade é a 6ª mais populosa do Estado de Rondônia, sustenta o 7º maior PIB de Rondônia. Possui o 18º melhor IDH da região Norte, também é a capital da Zona da Mata Rondoniense. Todos os municípios da Zona da Mata formam uma população superior a 151.000 (cento e cinquenta mil) habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE -, 2014, *online*).

Com relação ao Sistema prisional é um dos poucos municípios que possui estabelecimento prisional próprio para cada regime de pena, qual seja: Penitenciária Regional, para cumprimento de pena em regime fechado; Colônia Agrícola penal, para regime semiaberto; Albergue, para regime aberto; Casa de Detenção, para os presos provisórios, e Instituição Socioeducativa, para menores infratores (SEJUS, 2015).

Entretanto, segundo dados da Secretaria de Estado de Justiça (2015), no município não há estabelecimento adequado para cumprimento de medida de segurança, nem estabelecimento próprio para presos do sexo feminino, ou seja, as reeducandas cumprem pena em um anexo provisório em estabelecimento destinado aos presos de sexo masculino.

Vale ressaltar que, embora possua estabelecimentos próprios para os regimes acima citados, não se sabe se a qualidade e estrutura dos estabelecimentos prisionais estão realmente satisfazendo as exigências contidas na Lei de Execução Penal.

2 DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA PRISIONAL

Na história da civilização ocidental, os direitos humanos foram se consolidando de maneira gradual, surgindo a partir da ideia de que todo indivíduo é detentor de direitos básicos. Tais prerrogativas não poderiam ser suprimidas, independentemente de qualquer situação, haja vista estarem ligadas a própria condição de sobrevivência de qualquer ser humano.

Os primeiros registros da ideia sobre direitos humanos surgiram a partir do século XVIII. Porém, a Declaração Americana de 1776 e a Declaração Francesa de 1789 foram os primeiros documentos que apregoavam, de forma expressa, os direitos à liberdade e à igualdade de todos os seres humanos, bem como direito à vida e a independência dos povos. Dentro desta linha de raciocínio, surge também:

[...] Adotando os ensinamentos iluministas, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão estabeleceu a igualdade de todos perante a lei, consagrou o direito à liberdade, à propriedade, à luta contra a opressão e, também, à segurança (BUSSINGER, 1997, p. 26).

Ato contínuo, após a Segunda Guerra Mundial, os Direitos Humanos assumiram uma importância ainda maior no cenário mundial, principalmente para os países assolados pela guerra, pois esta vitimou mais de 45 milhões de pessoas. Em uma tentativa de por fim a todas as atrocidades praticadas na guerra, a comunidade internacional buscou efetivar a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), para que esta desenvolvesse um paradigma ético para a humanidade (BORGES, 2005). Ainda sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o referido autor esclarece:

Em 10.12.1948, em Paris, foi aprovada a “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, pela Resolução n. 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, contendo trinta artigos e sete considerandos, na qual reconheceram-se os direitos fundamentais do homem (BORGES, 2003a, p. 98).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, é considerada o primeiro documento a fixar internacionalmente uma relação de direitos pertencentes tanto a homens quanto a mulheres, sem qualquer distinção. Além da ONU, que é

organismo internacional de esfera global, criou-se também a OEA (Organização dos Estados Americanos), considerada de esfera Regional. Essas duas instâncias se completam, possuindo instrumentos específicos na edição de tratados, convenções e recomendações. O Brasil participa desse sistema internacional de proteção dos Direitos Humanos, tendo ratificado vários instrumentos tanto da ONU quanto da OEA.

Com relação ao Sistema prisional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 5, estabelece que: “Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.”

Também o Pacto de San José da Costa Rica, em seu art. 5º, item 2, corrobora o entendimento previsto na Declaração acima. Os direitos fundamentais defendidos pelos tratados, assinados e firmados pelo Brasil internacionalmente, foram positivados na Constituição Federal de 1988. Estabelecendo como fundamento da República Federativa do Brasil o princípio da dignidade da pessoa humana, resta determinado que nas relações internacionais prevalecerá os direitos humanos.

Em análise, os princípios da dignidade da pessoa humana e o da prevalência dos direitos humanos refletem os direitos contidos no artigo 5 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os referidos princípios constitucionais, artigo 1º, III e artigo 4º, II, respectivamente, assim dispõem:

Art.1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III – a dignidade da pessoa humana;

Art.4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

[...]

II – prevalência dos direitos humanos.

Adiante, a atual Constituição Federal Pátria, em seu art. 5º, inciso III, estabelece que: “ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento desumano ou degradante”. Ainda, no inciso XLVII, proíbe as penas de: morte (salvo guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX), caráter perpétuo, trabalhos forçados, banimento, bem como as penas cruéis. Assim, a Lei Maior buscou positivar os

direitos fundamentais já previstos, tanto na Declaração dos Direitos Humanos como no Pacto San José da Costa Rica. Consolidando estes direitos fundamentais, consta:

Procurando tornar efetivas as declarações de direitos, os vários Estados, a partir do século XIX, passaram a enunciar os direitos e deveres dos indivíduos nas próprias Constituições, positivando os direitos fundamentais (BORGES, 2005, p. 41).

Neste entendimento, a Lei n.º 7.210/1984 (Lei de Execuções Penais – LEP), em seu art. 40, determina que todas as autoridades estão obrigadas a respeitar a integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.

Por fim, vale registrar que, embora os Direitos Humanos estejam positivados na Constituição Federal e nas leis infraconstitucionais, o que se percebe na aplicação prática é que tais direitos ainda estão longe do ideal previsto na Declaração Universal de Direitos Humanos.

2.1 PRINCÍPIOS DA HUMANIZAÇÃO DAS PENAS

A supressão de direitos e garantias fundamentais dos presos está amplamente consagrada na prática social cotidiana do sistema carcerário brasileiro, fato este que, infelizmente, contraria os princípios previstos na Constituição Federal de 1988, com destaque aos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade, os quais estão intrinsecamente ligados à execução da pena.

A dignidade da pessoa humana, prevista na Constituição vigente, proíbe que existam penas cruéis, de caráter perpétuo, de morte (com exceção, as desumanas e degradantes a qualquer indivíduo). Trata-se de um princípio constitucional de extrema importância estando, inclusive, situado no art. 1º, inciso III, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, segundo disposto:

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III – a dignidade da pessoa humana;

Sendo a dignidade da pessoa humana um fundamento da República serve como alicerce de todo o ordenamento jurídico pátrio, não há como ser mitigado ou relativizado, sob pena de gerar a instabilidade do regime democrático, o que confere ao dito fundamento caráter absoluto. Nesse sentido, Flávia Piovesan diz que (2000, p. 54):

A dignidade da pessoa humana, (...) está erigida como princípio matriz da Constituição, imprimindo-lhe unidade de sentido, condicionando a interpretação das suas normas e revelando-se, ao lado dos Direitos e Garantias Fundamentais, como cânone constitucional que incorpora “as exigências de justiça e dos valores éticos, conferindo suporte axiológico a todo o sistema jurídico brasileiro.

Ainda, corroborando com esse entendimento Alexandre de Moraes (2004, p.52) aduz que:

A dignidade da pessoa humana: concede unidade aos direitos e garantias fundamentais, sendo inerente às personalidades humanas. Esse fundamento afasta a idéia de predomínio das concepções transpessoalistas de Estado e Nação, em detrimento da liberdade individual. A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos.

Assim, o princípio da dignidade da pessoa humana serve de base para muitos outros, principalmente em se tratando de direito penal, sendo estes previstos de forma explícita ou implícita no texto constitucional. Nesta temática, assinala:

No Brasil, a dignidade da pessoa humana é expressamente reconhecida como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, na Constituição Federal de 1988, artigo 1º, inciso III, e do qual decorrem princípios explícitos, como o princípio da humanidade, e implícitos, como o da insignificância e da culpabilidade (BORGES, 2005, p.78).

Durante a execução da pena, o princípio da dignidade da pessoa humana torna-se ainda mais importante, haja vista o seu papel de buscar aplicação de penas mais dignas, capazes de influir diretamente no processo de ressocialização do reeducando. Ainda citando Borges, o mesmo assinala:

Se o condenado vitimizou alguém, quando inserido no cárcere brasileiro, invariavelmente, torna-se uma vítima em potencial dos demais presos ou, o

que é pior, do próprio descaso Estatal. O discurso oficial e inclusive de campanhas eleitorais, aproveitando-se da insegurança social ou para aplacar a opinião pública, é no sentido do recrudescimento penal, mas não são apresentadas soluções concretas à superlotação carcerária, à ociosidade nos presídios e cadeias, à exposição da saúde dos presos a doenças infecto-contagiosas, às rebeliões, às fugas etc. (BORGES, 2005, p. 85).

Ademais, a aplicação do princípio da igualdade também compreende fundamental importância durante a fase da execução da pena, porquanto nesta os princípios balizadores como este devem ser aplicados para de fato efetivar o direito penal democrático, o qual estabelece equilíbrio entre direito à segurança, liberdade e igualdade. Neste aspecto, vale mencionar novamente o entendimento de Borges:

É o equilíbrio entre os direitos à segurança, à liberdade e à igualdade que efetivará a dignidade da pessoa humana, no Estado Social Democrático de Direito. É, então, este equilíbrio que deve ser observado pelo Direito Penal, para ser classificado como democrático. Efetivamente, aquele equilíbrio somente é alcançado por meio da aplicação e observância dos chamados princípios constitucionais de direito penal (BORGES, 2005, p.70).

Outrossim, a Constituição Federal de 1988 estabelece, expressamente, o princípio da igualdade e em seu art. 5º, *caput*, afirma que “todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza”. A igualdade estabelecida na norma constitucional não é meramente formal, mas sim material, tendo em vista estabelecer a prerrogativa de que aos iguais deve ser dispensado tratamento igual, mas também tratamento desigual entre os desiguais.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello (2004), para não ocorrer violação do princípio da isonomia, deve existir uma correlação lógica entre o fator *discrímen* e a discriminação legal decorrente dele próprio, ou melhor, pode haver discriminação, desde que tenha correlação.

Desta forma, do princípio constitucional da igualdade derivam vários outros como o princípio da individualização da pena, sendo que este representa a materialização do referido princípio, em razão de determinar tratamento específico para cada condenado. Ainda, este princípio encontra previsão legal no art. 5º, incisos XLVI e XLVII, da Carta Magna, os quais determinam a individualização da pena e seu cumprimento em estabelecimentos que sejam compatíveis com a natureza do delito, idade e o sexo do preso. Assim, estabelecendo direitos fundamentais, apresentam-se dos autores transcrição abaixo:

Isonomia é vetor interpretativo geral do direito. Na execução penal tem aplicação com fito de conferir tratamento igualitário aos apenados e aos submetidos à medida de segurança que estejam em idêntica condição. Ao impor a necessidade de individualização da pena e personalização da pena, o sistema assegura a isonomia, cuidando de aplicar distintamente a lei quando se verificar situações dessemelhantes, garantindo isonomia não somente formal, porém substancial (TÁVORA; ALENCAR, 2013, p. 1290).

Ainda, o art. 3º, parágrafo único, da Lei de Execução Penal, preconiza que não haverá entre condenados e os internados qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política - reafirmando, portanto, os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana previstos na Constituição Federal de 1988.

2.2 DIREITOS DOS PRESOS À LUZ DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS

A Lei de Execução Penal prevê, em seu art. 3º, que presos condenados dispõem de todos os direitos constitucionalmente fundamentais os quais não devem ser atingidos pela sentença penal ou pela lei, sendo que para a aplicação dos referidos direitos é vedada qualquer tipo de distinção ou discriminação, seja ela de qual natureza for, conforme transcrição *in verbis*:

Art. 3º Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

Parágrafo único. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

Ato contínuo, os presos condenados deverão ser classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal, conforme prevê o art. 5º, da Lei de Execução Penal. Além da individualização da pena, os reeducandos adquirem outros direitos, conforme dispõe o art. 41 da referida lei. Em relação ao detalhamento, reescrito textualmente, veja-se:

Art. 41 - Constituem direitos do preso:

- I - alimentação suficiente e vestuário;
- II - atribuição de trabalho e sua remuneração;
- III - Previdência Social;
- IV - constituição de pecúlio;
- V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;
- VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;
- VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;
- VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
- IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;

- X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;
- XI - chamamento nominal;
- XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;
- XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;
- XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;
- XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.
- XVI – atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.

Citando ainda o art. 41, parágrafo único, determina que os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos, mediante ato motivado do diretor do estabelecimento. Além de que o art. 42, da LEP, determina a aplicação dos direitos previstos no art. 41, no que couber, ao preso provisório e ao submetido a medida de segurança.

.Igualmente, o art. 43, da mesma Lei, prevê, ainda, que é garantida a liberdade de contratação de médico da confiança pessoal do internado (ou de submetido a tratamento ambulatorial), por seus familiares ou dependentes, a fim de orientar e acompanhar o tratamento. O parágrafo único, do aludido artigo, determina que as divergências entre o médico oficial e o particular serão resolvidas pelo Juiz da Vara de Execução Penal.

Dentre os direitos previstos nos artigos 41 a 43, da Lei de Execução Penal, estão as assistências aos reeducandos. As assistências são de tamanha importância que a LEP, além de estabelecê-las no inciso VII, do aludido art. 41, como direito aos presos, também as detalhou no art. 11 e seguintes da referida lei, segundo registro determinado:

- Art. 11. A assistência será:
- I - material;
 - II - à saúde;
 - III - jurídica;
 - IV - educacional;
 - V - social;
 - VI - religiosa.

Não obstante, segundo art. 10, da mesma legislação específica, a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetiva prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Vale lembrar que o parágrafo único, deste artigo, estende o direito à assistência ao egresso.

A assistência material, legalmente disposta, consiste no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas e adequadas ao cumprimento da pena, bem como instalações e serviços que atendam as necessidades dos reeducandos, em consonância com os artigos 12 e 13, ambos da LEP. Neste sentido, reafirma:

Art. 12. A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

Art. 13. O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.

Além disso, a assistência à saúde do reeducando possui caráter preventivo e curativo, compreendendo atendimento médico, farmacêutico, odontológico e psicológico, determinado em referência ao disposto no art. 14, da Lei de Execuções Penais. Dentro desta linha de raciocínio, faz jus a seguinte menção:

Art. 14. A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

§ 1º (Vetado).

§ 2º Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento.

§ 3º Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido.

Assim como a Carta Política de 1988, a Lei n.º 7.210, de 1984 (LEP) traz no bojo dos artigos 15 e 16, a previsão da assistência jurídica a pessoa presa, consoante elencado a seguir:

Art. 15. A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado.

Art. 16. As Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais.

§ 1º As Unidades da Federação deverão prestar auxílio estrutural, pessoal e material à Defensoria Pública, no exercício de suas funções, dentro e fora dos estabelecimentos penais.

§ 2º Em todos os estabelecimentos penais, haverá local apropriado destinado ao atendimento pelo Defensor Público.

§ 3º Fora dos estabelecimentos penais, serão implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares, sem recursos financeiros para constituir advogado.

Em relação ao direito à assistência educacional, a referida Lei contempla a instrução escolar e formação profissional aos reeducandos, sendo o ensino

fundamental obrigatório nos estabelecimentos penais. A lei prevê também que a mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição. Em referência a estes direitos:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

A assistência social está prevista no art. 22, da LEP, tem por finalidade amparar os reeducandos e prepará-los para o retorno à liberdade. Ainda, sobre o objetivo da assistência social, os professores Nestor Távora e Rosmar Rodrigues Alencar (2013, p. 1.307) lecionam:

Tem por objetivo amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade, com a incumbência de levar ao conhecimento da direção do estabelecimento os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido, promovendo sua orientação para obtenção de direitos previdenciários e de seguro por acidente de trabalho ao preso/internado e à sua família, bem como na fase final do cumprimento da pena, para fins de retorno ao convívio social.

Ademais, em segundo estudo da referida Lei de Execução Penal, em seu art. 24, determina a mesma que a assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa. Salutar ressaltar o disposto neste artigo, o qual alinha concepções juridicamente relevantes com o art. 5º, inciso VII, da Carta Magna, a qual também estabelece assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

Em relação ao egresso, a LEP indica várias assistências, incluindo material e social. Define, em seguida, a figura jurídica do egresso para efeitos legais, seguindo determinação abaixo:

Art. 25. A assistência ao egresso consiste:

I - na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade;

II - na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 (dois) meses.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no inciso II poderá ser prorrogado uma única vez, comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego.

Art. 26. Considera-se egresso para os efeitos desta Lei:

I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento;

II - o liberado condicional, durante o período de prova.

Art. 27. O serviço de assistência social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho.

Na execução de atividade laboral, a mesma legislação específica, em seu art. 28, estabelece que o trabalho é um dever social. Ainda, assevera ser condição fundamental da constituição da dignidade humana, tendo por finalidade a educação e produção dos reeducando, conforme disposto:

Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

§ 1º Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Na sequência, com relação a natureza do trabalho nos estabelecimentos prisionais, assim como a sua finalidade, os professores Nestor Távora e Rosmar Rodrigues Alencar (2013, p. 1.307, 1.308) orientam:

O trabalho, na Lei de Execução Penal, tem natureza híbrida. É direito do preso, eis que é instrumento que assegura sua dignidade humana, com finalidade educativa e produtiva, e também, sob este último enfoque, é um dever social que deve respeitar às precauções referentes à segurança e à higiene, conquanto não esteja sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No entanto, a própria Lei de Execução Penal traz uma exceção ao dever de trabalhar ao preso político, quando aduz, em seu artigo 200, que “o condenado por crime político não está obrigado ao trabalho”.

Não obstante, na sequência da temática laboral incluída na LEP, os trabalhos realizados pelos reeducandos serão remunerados, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo. Entretanto, não haverá remuneração quando se tratar de tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade. De acordo com disposição legal elencada, prevista nos seguintes artigos:

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;

b) à assistência à família;

c) a pequenas despesas pessoais;

d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

§ 2º Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em Caderneta de Poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.

Art. 30. As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas.

Destarte, os direitos da pessoa presa são irrenunciáveis e invioláveis, devendo a execução penal amoldar-se aos fins legalmente definidos, pois o indivíduo privado da sua liberdade encontra-se numa situação limitadora dos direitos constitucionais e infraconstitucionais, contudo não perdeu a condição de ser humano. Por isso, os direitos não atingidos pela sentença nem pela lei devem ser mantidos.

2.3 CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Tendo em vista os direitos fundamentais analisados e positivados na legislação acima elencada, o Sistema Penitenciário brasileiro busca melhorar as condições carcerárias, por meio da obediência aos inúmeros tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Além de previstos na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal, os direitos fundamentais visam garantir a aplicação dos Direitos Humanos no tocante ao tratamento dos presidiários.

Entretanto, embora o Brasil vise efetivar os direitos fundamentais na execução da pena, o Estado brasileiro viola, de forma axiomática, inúmeros direitos dos presos, principalmente quando se trata de apenado do sexo feminino. Violação esta que ocorre desde a distração em relação aos direitos essenciais com à saúde, mas também com aqueles implicados numa política de reintegração social, como o trabalho, a educação e a preservação de vínculos e relações familiares (OLIVEIRA; SANTOS, 2012, *online*).

De fato, a omissão e falta de fiscalização por parte do Estado gera muitas consequências negativas aos condenados à pena privativa de liberdade. Sobre a função do Estado e o respeito ao princípio da dignidade humana em busca de solução para reinserir o indivíduo na sociedade, Michel Foucault (2009, p.235) orienta:

A prisão, local de execução da pena, é ao mesmo tempo local de observação dos indivíduos punidos. Em dois sentidos. Vigilância é claro. Mas também conhecimento de cada detento, de seu comportamento, de suas disposições profundas, de sua progressiva melhora; as prisões devem ser concebidas como um local de formação para um saber clínico sobre os condenados.

Sobre a falta de respeito aos princípios constitucionais, durante a execução da pena, o autor Rogério Greco (2011, p. 72) aduz da seguinte maneira:

Indivíduos que foram condenados ao cumprimento de uma pena privativa de liberdade são afetados, diariamente, em sua dignidade, enfrentando problemas como os da superlotação carcerária, espancamentos, ausência de programas de reabilitação, etc. A ressocialização do egresso é uma tarefa quase que impossível, pois que não existem programas governamentais para sua reinserção social, além do fato de a sociedade não perdoar aquele que já foi condenado por ter praticado uma infração penal.

Além disso, o déficit de vagas nos presídios é, talvez, um dos problemas mais graves a afligir o atual sistema penal brasileiro. É de conhecimento do senso comum que a superlotação carcerária contribui grandemente para o agravamento da crise no Sistema.

Outrossim, elaborado pela Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), durante o IV Encontro Nacional do Sistema Prisional, (ocorrido no dia 27 de junho de 2013), o relatório “A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro” indica que o Sistema Prisional passa por vários problemas estruturais, tais como: superlotação, rebeliões, falta de assistências materiais, entre outros.

O levantamento foi feito com base nas inspeções do Ministério Público no sistema prisional brasileiro, previstas na Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.219/84) e regulamentadas pela Resolução CNMP n.º 56/10. O relatório traz o resultado da inspeção anual realizada em março de 2013 em 1.598 penitenciárias, cadeias públicas, casas do albergado, colônias agrícolas ou industriais, hospitais de custódia e outros estabelecimentos prisionais previstos na lei.

De acordo com o relatório do CNMP (2013), as 1.598 unidades prisionais inspecionadas possuem capacidade para 302.422 pessoas, mas abrigavam, em março de 2013, um total de 448.969 presos. O déficit é de 146.547 ou 48%. A superlotação é registrada em todas as regiões do país e em todos os tipos de estabelecimento (penitenciárias, cadeias públicas e demais espaços destinados a este fim). O déficit de vagas é maior para os homens. O sistema tem capacidade para 278.793 pessoas do sexo masculino, mas abrigava 420.940 homens presos em março de 2013. Para as mulheres, são 23.629 vagas para 28.029 internas.

É mister que o Estado reduza, de forma eficaz, a superlotação carcerária. Segundo Anabela Miranda Rodrigues (2001), mostra-se presente a necessidade da redução da população prisional por meio de uma política deflacionária na aplicação da pena de prisão, tendo em vista que a aplicação dessa espécie de pena deve se restringir aos crimes mais graves. A referida autora alega, ainda dentro da temática verificada:

A redução da população prisional permitirá, aliás, associar a diversificação de penas de substituição à criação de novos estabelecimentos penitenciários, com outras dimensões, estruturados segundo modelos organizatórios diferenciados e dispondo de secções adequadas para tornar viáveis formas específicas de tratamento; a obtenção de outra relação numérica entre operadores penitenciários e reclusos; a melhor seleção e formação do pessoal; a participação regular de técnicos especializados provenientes do exterior; e, finalmente a organização racional do trabalho penitenciário que, como é sabido, em grande número de casos nem sequer é oferecido. (RODRIGUES, 2001, p. 49).

Reforçando a referida situação atual de desamparo, as inspeções realizadas pelos membros do *parquet* verificaram que a maior parte dos estabelecimentos não está de acordo e nem faz as separações dos presos previstas nos artigos 82 a 85, todos regularmente incluídos na LEP, segundo registro determinado:

Art. 82. Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso.
 § 1º A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.
 § 2º - O mesmo conjunto arquitetônico poderá abrigar estabelecimentos de destinação diversa desde que devidamente isolados.
 Art. 83. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva.
 § 1º Haverá instalação destinada a estágio de estudantes universitários.

§ 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade.

§ 3º Os estabelecimentos de que trata o § 2º deste artigo deverão possuir, exclusivamente, agentes do sexo feminino na segurança de suas dependências internas.

§ 4º Serão instaladas salas de aulas destinadas a cursos do ensino básico e profissionalizante.

§ 5º Haverá instalação destinada à Defensoria Pública

Art. 84. O preso provisório ficará separado do condenado por sentença transitada em julgado.

§ 1º O preso primário cumprirá pena em seção distinta daquela reservada para os reincidentes.

§ 2º O preso que, ao tempo do fato, era funcionário da Administração da Justiça Criminal ficará em dependência separada.

Art. 85. O estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade.

Consoante o mencionado relatório, merecem registro os seguintes dados: 1.269 (79%) estabelecimentos não separam presos provisórios de definitivos; 1.078 (67%) não separam pessoas que estão cumprindo penas em regimes diferentes (aberto, semiaberto, fechado); e 1.243 (quase 78%) não separam presos primários dos reincidentes. Também informam que em 1.089 (68%) locais, não há separação por periculosidade ou conforme o delito cometido; em 1.043 (65%), os presos não são separados conforme facções criminosas. Ademais, existem grupos ou facções criminosos identificados em 287 estabelecimentos inspecionados (17%).

Importante registrar que o desrespeito à lei somente dificulta ainda mais o processo de ressocialização dos reeducandos, tornando o seu reingresso na sociedade cada vez mais problemático. Em relação a essa impossibilidade, leciona Michel Foucault (2009, p.221):

As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou, ainda pior, aumenta. [...] A detenção provoca reincidência; depois de sair da prisão, se têm mais chance que antes de voltar para ela, os condenados são, em proporção considerável, antigos detentos.

As unidades pesquisadas também não garantem a integridade física dos reeducandos, não previnem e nem evitam evasões e entrada de drogas nos estabelecimentos prisionais. De acordo como referido relatório do CNMP (2013), nos períodos compreendendo março de 2012 a fevereiro de 2013, foram registradas 121 rebeliões, 23 das quais com reféns. Ao todo, houve 769 mortes, das quais 110 foram classificadas como homicídios e 83 como suicídios. Foram registradas 20.310 fugas,

com a recaptura de 3.734 presos e o retorno espontâneo de 7.264 dos reeducandos. Os casos em que presos, valendo-se de saída temporária não vigiada, não retornam na data marcada, são computados como fuga ou evasão. Ainda, houve apreensão de drogas em 654 locais, o que representa cerca de 40% dos estabelecimentos inspecionados.

A Lei de Execução Penal busca estabelecer as formas de disciplina dos reeducandos condenados à pena privativa de liberdade, restritiva de direitos, bem como o preso submetido à prisão cautelar. Os referidos artigos determinam:

Art. 44. A disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho do trabalho.

Parágrafo único. Estão sujeitos à disciplina o condenado à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos e o preso provisório.

Art. 45. Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.

§ 1º As sanções não poderão colocar em perigo a integridade física e moral do condenado.

§ 2º É vedado o emprego de cela escura.

§ 3º São vedadas as sanções coletivas.

Art. 46. O condenado ou denunciado, no início da execução da pena ou da prisão, será cientificado das normas disciplinares.

Ainda, em análise à referida legislação específica, o art. 59 determina que se praticada a falta disciplinar pelo reeducando, deverá ser instaurado o procedimento para sua apuração, conforme regulamento. Terá o reeducando assegurado seu direito de defesa, bem como, incluído no parágrafo único do mesmo artigo, a exigência da motivação das decisões.

Com relação a esse tema, conjuntamente disciplina o relatório que 585 estabelecimentos (37%) não observam o direito de defesa do preso na aplicação de sanção disciplinar. Do mesmo modo, em 613 locais (38%), o ato do diretor da unidade determinante da sanção não é motivado ou fundamentado. Mais adiante, em 934 estabelecimentos (58%), nem toda notícia de falta disciplinar resulta em instauração de procedimento. As sanções coletivas foram registradas em 116 estabelecimentos (07%). Em 211 locais (13%), não é proporcionada assistência jurídica e permanente. Por fim, em 1.036 (quase 65%), não há serviço de assistência jurídica no próprio estabelecimento (CNMP, 2013).

Outro problema que pode atingir e contribuir para uma possível crise no Sistema Prisional é a falta de estrutura nos estabelecimentos penais, pois muitos deles não observam o disposto nos artigos 88 a 90, da Lei de Execuções Penais, quais sejam:

Art. 88. O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório.

Parágrafo único. São requisitos básicos da unidade celular:

- a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana;
- b) área mínima de 6,00m² (seis metros quadrados).

Art. 89. Além dos requisitos referidos no art. 88, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa.

Parágrafo único. São requisitos básicos da seção e da creche referidas neste artigo:

- I – atendimento por pessoal qualificado, de acordo com as diretrizes adotadas pela legislação educacional e em unidades autônomas; e
- II – horário de funcionamento que garanta a melhor assistência à criança e à sua responsável

Art. 90. A penitenciária de homens será construída, em local afastado do centro urbano, à distância que não restrinja a visitação.

De acordo com Conselho Nacional do Ministério Público (2013), quase metade dos estabelecimentos (780) não possui cama para todos os presos e quase um quarto (365) não tem colchão para todos. A água para banho não é aquecida em dois terços dos estabelecimentos (1.009).

Além disso, segundo o referido Conselho, não é fornecido material de higiene pessoal em 636 estabelecimentos (40%) e não há fornecimento de toalha de banho em 1.060 (66%). A distribuição de preservativos não é feita em 671 estabelecimentos (42%). As visitas íntimas são garantidas em cerca de dois terços do sistema (1.039 estabelecimentos) e cerca de 60% dos estabelecimentos (968) não contam com biblioteca. Ainda, falta espaço para prática esportiva em 756 locais (47%) e para banho de sol (solário) em 155 (10%).

Todos esses problemas, apontados pelo relatório do Conselho Nacional do Ministério Público, somente demonstram que o Sistema Penitenciário Nacional encontra-se em uma crise institucional, estrutural e jurídica, pois não efetiva os direitos estabelecidos pelos dispositivos legais aos condenados a pena privativa de liberdade. Outrossim, Zaffaroni e Pierangeli (2011, p. 76) vão bem mais além,

dispondo não mais existir uma efetiva função do sistema penal em relação aos indivíduos que estão sob sua tutela, assegurando:

Em síntese, o sistema penal cumpre uma função substancialmente simbólica perante os marginalizados ou os próprios setores homogênicos (contestadores e conformistas). A sustentação da estrutura do poder social por meio da via punitiva é fundamentalmente simbólica.

Sendo assim, o Sistema Penal não cumpre, sobremaneira, um de seus principais objetivos: a ressocialização, visto que ao estabelecer uma pena e, conseqüentemente, punir o indivíduo transgressor, sem garantir a ele os direitos previstos em lei positivada, está apenas cumprindo uma função simbólica. Tal cenário deve ser modificado, para que o Estado cumpra realmente de maneira eficaz com sua função institucional, social e jurídica.

3 DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO ENTRE REEDUCANDOS NA PENITENCIÁRIA REGIONAL DE ROLIM DE MOURA

Primordialmente, antes de abordar a discriminação de gênero no Sistema Prisional brasileiro, bem como sua ocorrência ou não na Penitenciária Regional do Município de Rolim de Moura/RO, faz-se necessário analisar o contexto histórico, social e jurídico relacionado à (des) igualdade de gênero.

Em todos os meios sociais os avanços das mulheres são notáveis e marcantes, tendo ocorrido por meio de muitas lutas em busca de igualdade. Ocorre, porém, que antes de advirem estas mudanças, as mulheres sofriam grandes discriminações na sociedade patriarcal. Segundo Zaffaroni (2000) o poder do *pater familiae*, o punitivo e o do saber articularam-se como um verdadeiro tripé de suporte dessa sociedade de inquestionável conotação masculina.

As mulheres “eram” vistas como naturalmente inadequadas à esfera pública, ou seja, “eram” vistas como dependentes dos homens tanto no aspecto econômico, quanto emocional, social e cultural. Sobre esse aspecto, explica Pierre Bourdieu (2014, p.24):

[...] A diferença biológica entre sexos, isto é, entre corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho [...].

Com relação a dominação masculina e a mulher, como objeto simbólico, o referido autor ainda aduz que:

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (*esse*) é um ser-percebido (*percipi*), tem por efeito coloca-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptíveis, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa “feminilidade” muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só ao homem) tende a se tornar constitutiva do seu ser (BOURDIEU, 2014, p. 96).

Após, no decorrer do século XIX e no início do século XX, tem início o denominado movimento feminista, formado por mulheres de classe média que pleiteavam o direito ao trabalho, à educação e à sexualidade livre. Todas essas reivindicações foram concentradas no direito ao voto - instrumento considerado apto a atingir as finalidades pretendidas. Segundo Espinosa (2004, p. 58), nesta seara: “O movimento feminista Ocidental surgiu como tentativa de desconstruir os padrões ‘únicos’ e de ‘normalidade’ que estimularam a submissão da mulher”.

Posteriormente, na metade do século XX, surgiu um novo movimento feminista, formado por mulheres não apenas de classe média, mas de diversas origens, ou seja, brancas, negras, pobres, ricas, lésbicas, entre outras. Este segundo movimento deu origem a várias teorias feministas, pois as reivindicações, defendidas na época, eram temas que afetavam diretamente a vida das mulheres, tais como as questões familiares e divisão sexual do trabalho. Defendiam a ideia de que, tendo em vista sua importância, deveriam ser assuntos debatidos no aspecto político. Ainda citando Espinosa, o qual se pronuncia da seguinte maneira:

Esse movimento caracterizou-se também por promover uma reforma político-social da situação feminina e por incentivar um desenvolvimento teórico capaz de questionar o modelo androcêntrico de ciência e de direito, assim como a uniformidade de ambos os conceitos (ESPINOSA, 2004, p.59).

Com relação as lutas e reivindicações promovidas pelas mulheres em busca da igualdade, Heloneida Studart (1980, p. 49 e 50) dispõe:

Este fim de século está marcado pela revolta dos povos oprimidos e também pelas mulheres conscientes. Se elas souberem repudiar o individualismo, compreender que sua luta não está em nível de queima de sutiãs, mas no terreno jurídico, político e social, então alcançarão, pelo trabalho, um lugar ao lado do homem nas tarefas do futuro.

Ademais, a Revolução Industrial implantou o modelo de Estado capitalista, instituindo o paradigma da acumulação de riquezas para o progresso das nações e dos povos (LOCKE, 1963). Entretanto, esse modelo econômico provocou uma grande desigualdade de classes, ou seja, desigualdade social. Nesta temática, veja-se:

[...]À medida que a Indústria e as artes se desenvolvem e florescem, o lavrador desprezado, sobrecarregado de impostos necessários à manutenção do luxo, e condenados a passar a sua vida entre o trabalho e a fome,

abandona os campos, para procurar na cidade o pão que lhe deveria fornecer. Quanto mais as capitais encham de admiração os olhos estúpidos do povo, mais deveremos gemer vendo os campos abandonados, as terras incultas, e os caminhos inundados de cidadãos infelizes, que se tornam mendigo ou ladrões, e que se destinam a acabar um dia a sua miséria na roda ou no esterco [...] (ROUSSEAU, 1971, p. 159).

De acordo com Alessandro Baratta (1999, p. 45), esse contexto proporciona o seguinte raciocínio: “O direito penal é um sistema de controle específico das relações de trabalho produtivo, e, portanto, das relações de propriedade, da moral do trabalho, bem como da ordem pública que o garante” - ou seja, está intrinsecamente ligado ao modelo capitalista.

Ao mesmo tempo em que houve desigualdade de classes, foram produzidos mecanismos de controle social na tentativa de controlar a violência. Nesse sentido, as normas de Direito Penal são formadas com essa finalidade. Entretanto, são aplicadas de forma seletiva, evidenciando as relações de desigualdades sociais existentes, pelas quais o sistema da justiça criminal é responsável através da reprodução e produção das relações de desigualdade social (KROHLING; MIYAMOTO, 2012).

Com relação aos mecanismos de controle social e reprodução de desigualdade social, há um grande poder seletivo por parte do sistema penal que elege alguns candidatos à criminalização, segundo orientação de Zaffaroni (1991, p. 245-246):

O poder seletivo do sistema penal elege alguns candidatos à criminalização, desencadeia o processo de sua criminalização e submete-o à decisão da agência judicial, [...]. A escolha, como sabemos, é feita em função da pessoa (o “bom candidato” é escolhido a partir de um estereótipo), mas à essa agência judicial só é permitido intervir racionalmente para limitar essa violência seletiva e física, segundo certo critério objetivo próprio e diverso do que rege a ação seletiva do restante exercício do sistema penal [...].

Nesse sentido, também conclui Renato Sérgio de Lima (2001, p.1), assim propondo:

[...] analisando todos os casos existentes no sistema integrado, independentemente da condição de serem violentos ou não, observa-se que quando comparados os totais de inquéritos, processos e presos segundo a cor da pele dos indivíduos, os pretos e pardos são, proporcionalmente, mais presos do que os brancos. Isto não significa que os pretos e pardos sejam maioria nas prisões, mas que existe um diferencial que envolve a cor da pele dos indivíduos.

Como mecanismo de controle social, segundo Nilo Batista (2007, p. 19), vale registrar que o Direito Penal: “vem ao mundo (ou seja, é legislado) para cumprir funções concretas dentro de e para uma sociedade que concretamente se organizou de determinada maneira.”

O Sistema Penitenciário brasileiro passou por diversas alterações desde a Revolução Industrial até os dias atuais, porém o encarceramento traz consigo condições sociais anteriores, quais sejam de desigualdade e exclusão social. Com relação a desigualdade de gênero, a dominação masculina, assim como a invisibilidade da mulher - perante o meio institucional e social - foram repetidos e mantidos no sistema prisional brasileiro. Logo, de acordo com entendimento abaixo, ocorre que:

Quando as implicações da condição da mulher e de seus direitos fundamentais são analisados à luz de um referencial mais amplo e crítico, a prisão constitui-se, hoje, em um espaço exclusivamente punitivo e homogeneizante, voltado ao controle e segregação punitiva dos desiguais, sobretudo daqueles marcados por distintos contextos sociais, econômicos ou de classe (RODRIGUES, 2010, p.21).

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, *caput*, afirma serem todos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Ainda, a afirmação de igualdade é reiterada, tendo como objeto o gênero, no inciso I do art. 5º o qual também determina: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.

Entretanto, embora a Constituição vigente preveja a igualdade de gênero, atualmente, na sociedade brasileira, principalmente no sistema prisional, a mulher ainda é vítima da discriminação, ou seja, é considerada objeto de igualdade e não sujeito, conforme parecer de Pereira (1999, p. 02):

A mulher continua sendo objeto da igualdade, enquanto o homem é o sujeito e o paradigma deste pretense sistema de igualdade. Isto por si só já é um paradoxo para o qual Direito ainda não tem resposta; qualquer tentativa de normatização sobre esta igualdade terá como paradigma um discurso que é masculino [...].

Ainda, com relação as disposições legais sobre igualdade de gênero, Heloneida Studart (1980, p. 420) esclarece:

Em toda a parte, as mulheres são cidadãs de segunda classe, apesar das leis afirmarem a igualdade dos sexos e proibirem as discriminações. Mesmo nos países socialistas, onde chegaram aos escalões médios do governo, ainda são os homens que detêm os cargos decisórios do poder político.

Portanto, a omissão estatal ou institucional manifesta-se na ausência de políticas públicas que considerem a mulher encarcerada como sujeito de direitos, com especificidades próprias advindas de sua condição de gênero. Nesse sentido, Rodrigues (2010, p. 24,25) afirma:

Assim, o sistema prisional tem mantido de forma consciente e institucionalizada a homogeneização da população carcerária feminina, negando-lhe os direitos individuais reconhecidos nas normas nacionais e internacionais, como a individualização das penas, não exercendo o seu efetivo papel de “socializador”, “educador”, “includente” e “exemplar”, pelo contrário, reafirmando, em muitos casos, a reprodução da exclusão social, da estigmatização e da própria criminalidade.

Não obstante as inegáveis conquistas femininas, no último século, prevalecem os modelos androcêntricos (RODRIGUES, 2010). Desta forma, segundo a referida autora, estes modelos não estão somente relacionados às normas jurídicas, mas também sob o prisma socialmente estabelecido, vinculado aos fenômenos da criminalidade e suas consequências jurídicas na execução penal.

Corroborando com esse entendimento, o jurista João Baptista Herkenhoff (2008, p. 1) exemplifica:

Na sociedade brasileira, a mulher é ainda discriminada e oprimida. Se há outras opressões e discriminações, atingindo o negro, o migrante, o trabalhador modesto, o pobre, essas discriminações avultam quando estão encarnadas na pessoa de uma mulher – a negra, a mulher migrante, a trabalhadora modesta, a mulher pobre.

A referida disparidade de tratamento é intrigante e justifica o questionamento central desse artigo, qual seja descobrir se há ou não discriminação de gênero na Penitenciária Regional do Município de Rolim de Moura/RO e, conseqüentemente, iniciar uma discussão acadêmica quanto às formas de tratamento dispensadas a este público. Ademais, a contribuição do Estado na efetivação e aplicação dos princípios da igualdade e dignidade da pessoa humana na execução da pena privativa de liberdade.

Sendo assim, apresenta-se salutar o questionamento de como essas atividades são desenvolvidas junto a realidade carcerária local, assim como o conhecimento legal, jurisprudencial e doutrinário a respeito do tema, para melhor compreensão do assunto abordado.

3.1 PENITENCIÁRIA REGIONAL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

A previsão da existência de Penitenciárias está legalmente instituída no artigo 87 da Lei n.º 7210, de 1984 (LEP), a qual regulamenta a obrigatoriedade de cada comarca dispor de um estabelecimento com as características exigidas naquele dispositivo, a fim de abrigar o recolhimento de condenados com sentença transitada em julgado.

Sendo assim, em cumprimento a legislação vigente acima, a Penitenciária Regional de Rolim de Moura encontra-se localizada na Rua H, n.º 6399, Bairro Cidade Alta, no município de Rolim de Moura, Estado de Rondônia. Sua construção teve início em meados dos anos noventa, porém suas atividades tiveram início somente em 04 de Maio de 2004. Naquela ocasião, vieram 95 (noventa e cinco) detentos para a referida unidade, conforme dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Justiça do Estado de Rondônia (SEJUS, 2015).

Para melhor compreensão, os professores Nestor Távora e Rosmar Rodrigues de Alencar, na obra “Curso de Direito Processual Penal”, (2013, p. 1.299), traz conceituada a definição de penitenciária, qual seja:

Penitenciário é estabelecimento penal destinado ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado. É também chamado Presídio e tem por finalidade acomodar o apenado (preso definitivo, via de regra) para fins de cumprimento de pena privativa de liberdade.

Segundo a SEJUS, o objetivo da Penitenciária Regional de Rolim de Moura é abrigar os apenados do sexo masculino em regime fechado da comarca de Rolim de Região. O referido estabelecimento conta com capacidade para 120 (cento e vinte) vagas em 24 (vinte e quatro) celas, sendo 05 (cinco) apenados por cela.

Atualmente, ainda segundo informações da Secretaria de Estado e Justiça, o referido estabelecimento prisional conta com presos de todas as partes do Estado, totalizando um número cerca de 151 (cento e cinquenta e um) apenados, sendo 145 (cento e quarenta e cinco) masculinos e 09 (nove) femininos. As mulheres ocupam provisoriamente 02 (duas) celas da enfermaria, até que se construa um presídio feminino na comarca.

Quanto ao quadro de funcionários, o referido local apresenta-se composto por Direção Geral, Administrativa e de Segurança. Conta também com Chefes de Segurança e Plantonistas, sendo estes divididos em 05 (cinco) equipes, contendo cada uma delas com cerca de 09 (nove) Agentes Penitenciários, além da guarda de muralha a qual é responsabilidade da Polícia Militar (SEJUS, 2015).

Além disso, no setor de saúde, ainda conforme dados da referida Secretaria, apresenta a unidade 01 (uma) enfermeira, 04 (quatro) técnicas de enfermagem - atendendo diariamente durante o período de 24 (vinte e quatro) horas e 01 (um) médico clínico geral - atendendo 01 (uma) vez por semana. Também formam a presente equipe, 02 (duas) assistentes sociais e 02 cirurgiões dentistas, os quais atendem todos os dias de segunda a sexta.

Ainda, segundo as informações dos Diretores da Penitenciária Regional de Rolim de Moura, todos os atendimentos dos profissionais da saúde acima citados são realizados nas próprias dependências da referida unidade prisional

3.2 PESQUISA DE CAMPO

No trabalho científico foi utilizada a pesquisa de campo, por ser a que melhor se adequa ao caso proposto, haja vista tratar-se de pesquisa que visa buscar resultados mais reais e concretos. Segundo Carla Bassanezi Pinske e Tania Regina Luca (2011), pesquisa de campo é a observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real. É a coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, a análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.

Nesta perspectiva, o objetivo da pesquisa é obter informações sobre como são aplicados garantias e direitos previstos na Constituição Federal de 1988, bem como na Lei de Execução Penal. Igualmente, se tais garantias e direitos são aplicados de forma igualitária entre os reeducandos do sexo masculino e feminino, na referida unidade prisional.

Esta pesquisa tem caráter exploratório-descritivo e qualitativo, visando, em igual parâmetro, averiguar um maior entendimento a respeito da existência ou não de discriminação de gênero na Penitenciária de Rolim de Moura. Com tal finalidade, foi realizada uma entrevista (*anexos*) com o Diretor Administrativo da Penitenciária Regional de Rolim de Moura, o qual prestou todas as informações a respeito das atividades realizadas, bem como o tratamento dispensado aos apenados e apenadas naquela unidade.

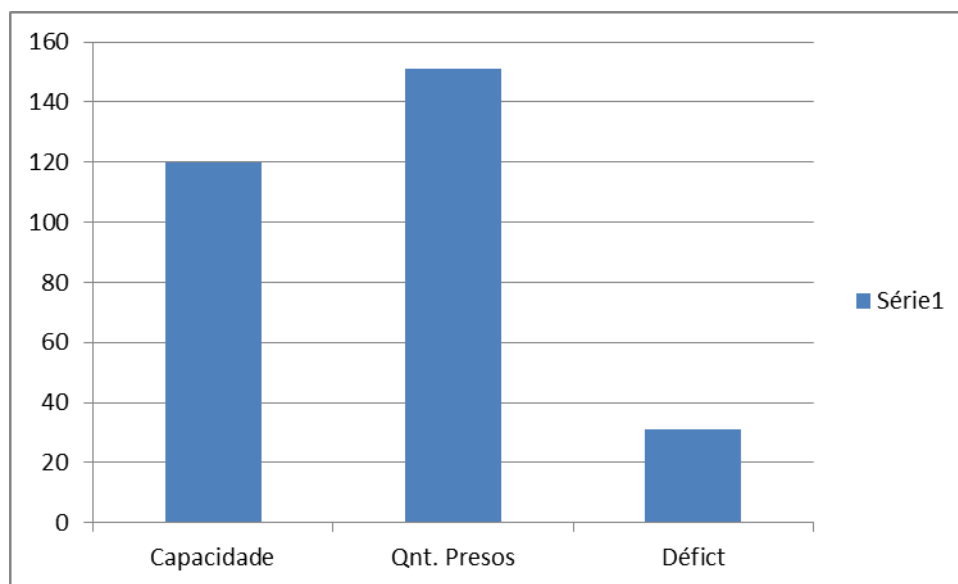
Ainda, na entrevista foi utilizado um questionário estruturado e semiaberto, contendo 80 (oitenta) questões relacionadas a diversos quesitos, tais como: estrutura da unidade, trabalho, estudo, assistências dos reeducandos, além da atuação dos órgãos que compõem o sistema prisional local e os projetos de reinserção social. Da referida pesquisa, após a devida tabulação e conferência, foram considerados os seguintes resultados:

3.2.1 Quanto à estrutura da unidade prisional

A estrutura física da Penitenciária Regional de Rolim de Moura é composta de 24 (vinte e quatro) celas comuns, 04 (quatro) celas de triagem e para atender presos do sexo feminino, mais 03 (três) celas improvisadas. Atualmente, a população carcerária da unidade é constituída por 151 (cento e cinquenta e um) reeducandos, dos quais 145 (cento e quarenta e cinco) são homens e 06 (seis), mulheres.

Questionado se as celas atendem aos requisitos previstos na Lei de Execução Penal, o Diretor informou que não, tendo em vista que as celas são projetadas para abrigar 05 (cinco) apenados em cada uma, todavia algumas possuem 06 (seis) reeducandos. Reforçando os dados verificados através da entrevista acima elencada, a referida unidade apresenta um déficit de 31 vagas, conforme gráfico que segue:

Gráfico 01: Déficit de vagas na Penitenciária

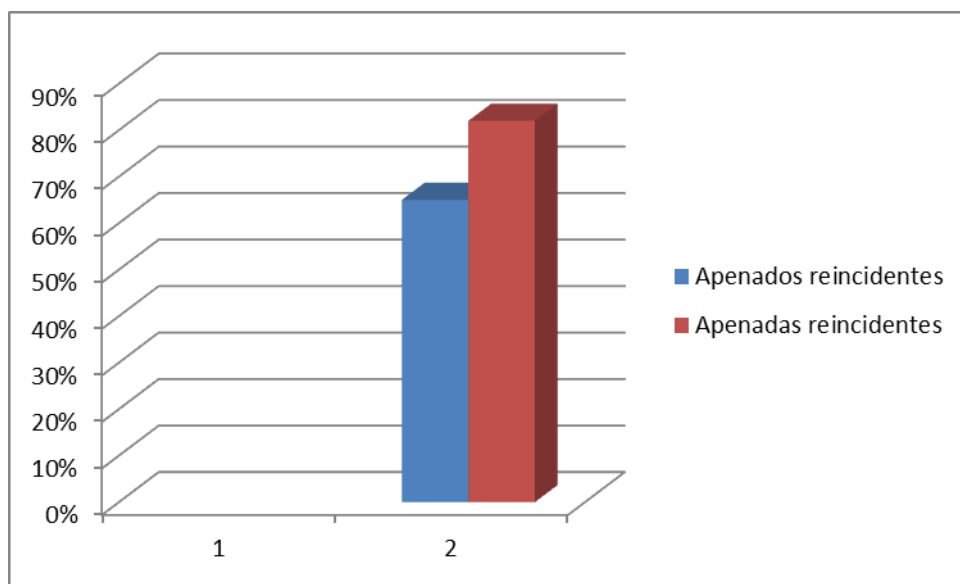


Fonte: Dados da pesquisa

Outrossim, com o objetivo de traçar um perfil dos reeducandos daquele estabelecimento, foi constatado que os tipos penais com maior incidência junto à população carcerária da unidade são: apenados do sexo masculino - furto (art.155, CP), roubo (art. 157, CP) e tráfico de drogas (art. 33, da Lei n.º 11.343/2006). Ainda, presos do sexo feminino - tráfico de drogas (art. 33, da Lei n.º 11.343/2006) e homicídio (art. 121, do CP). .

Em relação à reincidência criminal dos apenados da unidade, foi constatado um maior número entre as reeducandas. Assim, 80% (oitenta por cento) das mulheres encarceradas são reincidentes, enquanto os homens somam 65% (sessenta e cinco por cento), segundo representação gráfica:

Gráfico 02: Porcentagem de reincidência entre os reeducandos



Fonte: Dados da pesquisa

Além disso, os principais crimes que geram reincidência para reeducandos do sexo masculino são roubo, furto e tráfico de drogas. Por outro lado, o principal crime gerador de reincidência nos reeducandos do sexo feminino é o de tráfico de drogas.

Questionado se os reeducandos do sexo masculino “definitivos” (considerados como aqueles com sentença transitada em julgado e os provisórios ou cautelares) estão presos em estabelecimentos prisionais distintos, o Diretor afirmou que sim. Afirmou também que, regra geral, os presos provisórios ficam na Casa de Detenção do município analisado, enquanto os presos com sentença transitada em julgado permanecem na Penitenciária. Entretanto, o diretor estabeleceu uma ressalva em relação aos que condenados por crimes contra a dignidade sexual: estes, ainda que provisoriamente detidos, aguardam seu julgamento na penitenciária, haja vista a casa de detenção não possuir estrutura física para abrigar os infratores desse tipo de crime.

Entretanto, ao ser questionado sobre se os presos provisórios e os definitivos do sexo feminino, são, igualmente, acolhidos em estabelecimentos distintos, a resposta foi negativa. Segundo a direção, a penitenciária de Rolim de Moura abriga presos do sexo feminino tão somente de forma provisória, dado que a comarca não possui unidade feminina específica. Também foi indagado o porquê de as mulheres não terem estabelecimento prisional próprio ou específico, sendo a resposta do

diretor da unidade a de que não existe estabelecimento específico para mulheres “por negligência e falta de planejamento do Estado”.

Ato contínuo, em pergunta ao diretor administrativo, sobre se o local no qual estão abrigadas as apenadas possui berçário, a resposta verificada foi negativa. Relevante destacar que o mesmo justificou a ausência de berçário no fato da Penitenciária não ter sido projetada para atender apenados do sexo feminino, isto é, foi projetada para ser penitenciária masculina, não podendo atender as necessidades femininas.

Sobre o processo de classificação criminal de apenados, o mesmo é feito de forma precária e reduzido, pois apenas são separados os presos que cometeram crime contra a dignidade sexual, para evitar que tenham a integridade física violada. Os demais apenados, incluídas as mulheres, não são classificados ou separados criminalmente, conforme determina a legislação específica.

Para melhor compreensão do ambiente carcerário e das atividades laborativas desenvolvidas, foi permitida visualização por meio de fotografias, abaixo anexadas:

Figura 01 – Estrutura física da Penitenciária Regional de Rolim de Moura/RO



Fonte: ALUNOS..., 2013, *online*.

Figura 02 - Interior da cela da Penitenciária



Fonte: ALUNOS..., 2013, *online*.

Figura 03 – Sanitário da cela



Fonte: ALUNOS..., 2013, *online*.

Figura 04 – Apenadas durante banho sol com visita das crianças do PROERG



Fonte: ALUNOS..., 2013, *online*.

Em consonância a pesquisa de campo, foi constatado que o efetivo de profissionais da Secretaria Estadual de Justiça, os quais laboram no estabelecimento prisional, contabilizam um total de 57(cinquenta e sete) profissionais, sendo: 51(cinquenta e um) agentes penitenciários (incluindo diretor geral, de segurança e o administrativo), distribuídos em 05 (cinco) equipes de 08 agentes masculinos e 01, feminino. Os demais agentes desenvolvem atividades administrativas em função gratificada ou cargo comissionado.

Também merecem referência, os 06 (seis) profissionais da saúde formados por 01 (um) dentista, 01 (uma) enfermeira, 01 (uma) técnica de enfermagem, 01 (uma) auxiliar de dentista, 01 (uma) assistente social e 01 (um) auxiliar administrativo.

Além disto, existem mais 07 (sete) profissionais da saúde que fazem parte do quadro funcional da Prefeitura do Município de Rolim de Moura que estão cedidos à SEJUS, quais sejam: 01 (uma) médica, 01 (um) dentista, 01 (uma) assistente social e 04 (quatro) técnicos de enfermagem.

A jornada de trabalho dos servidores que atuam na unidade prisional foi estabelecida como sendo de 24 (vinte quatro) horas ininterruptas por 96 (noventa e seis), em se tratando dos agentes penitenciários, já nos demais casos, a jornada de trabalho é de 08 (oito) horas diárias.

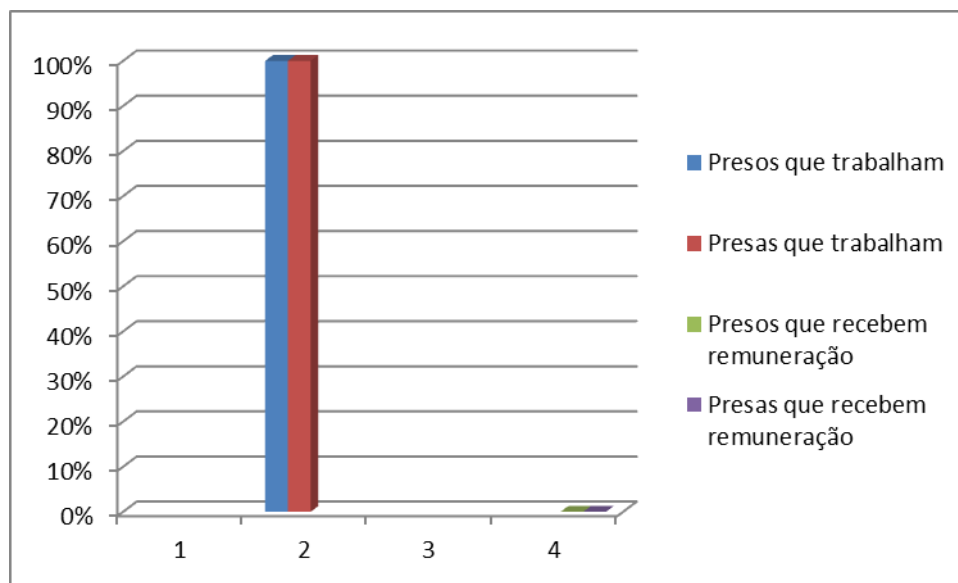
Apesar da quantidade de servidores que laboram no estabelecimento prisional, esta é considerada insuficiente, pois, de acordo com o diretor administrativo, existem muitas atividades no local e o número atual de servidores disponíveis não se revela suficiente para atender a demanda de trabalho.

3.2.2 Quanto ao trabalho na unidade prisional

Na sequência, em relação ao trabalho dos presos na unidade prisional, foi verificado na pesquisa que 100% (cem por cento) dos apenados trabalham, sendo que os homens laboram em oficinas com a confecção de móveis de madeira, tapetes em crochê e artesanatos. Por sua vez, as mulheres trabalham na manutenção da limpeza da unidade prisional e confecção de alguns artesanatos.

Entretanto, os apenados, tanto do sexo feminino quanto masculino, não recebem remuneração pelo trabalho prestado. Sendo assim, trabalham tão somente em troca da remição de pena, pois a cada 03 (três) dias trabalhados é descontado 01 (um) dia em sua pena. A remição efetuada, assim, encontra consolidação nos números representados a seguir:

Gráfico 03: Porcentagem de reeducandos que laboram na unidade



Fonte: dados da pesquisa

Segundo o diretor administrativo da unidade, os apenados não aferem remuneração pelo trabalho realizado, todavia recebem valor monetário derivado da venda dos produtos confeccionados. A oferta dos produtos confeccionados é realizada pelos parentes dos reeducandos.

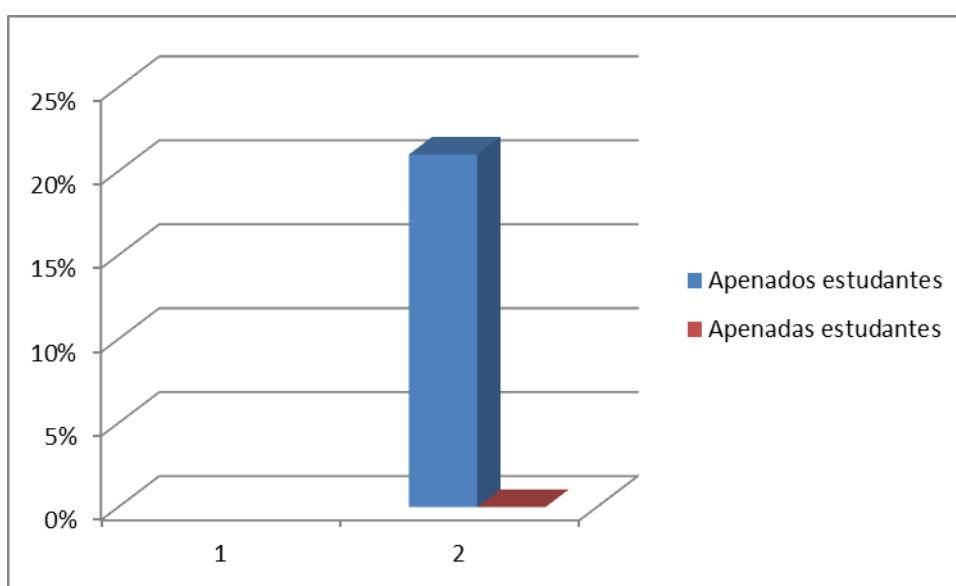
Conforme dados da SEJUS, durante o ano de 2014, o custo mensal para manter encarcerado cada preso no sistema penitenciário de Rondônia foi de R\$ 2.300,00 (Dois Mil e Trezentos reais). Para manter um efetivo de mais de 7.500 (sete mil e quinhentos) internos distribuídos nos estabelecimentos prisionais por todo o Estado, este valor totalizaria mais de R\$180.000.000,00 (Cento e oitenta milhões de reais) mensais.

Sendo assim, o trabalho realizado na unidade seria uma forma de reinserção social, desde que cumpridas as exigências e requisitos previstos na Lei de Execução Penal. Contudo, após tabulação dos dados verificados e pesquisa de campo realizada, não seria este o cenário verificado na prática.

3.2.3 Quanto ao estudo no estabelecimento prisional

Quanto ao estudo, a pesquisa demonstrou que 30 (trinta) dos 145 (cento e quarenta e cinco) apenados do sexo masculino estudam na unidade prisional, perfazendo um total de 20,6% (vinte, vírgula seis por cento). Ademais, os presos do sexo feminino não estudam, ou seja, 0% (zero por cento) estuda na unidade, conforme gráfico e imagem, respectivamente, assinalados:

Gráfico 04: Porcentagem de reeducandos estudantes na Penitenciária

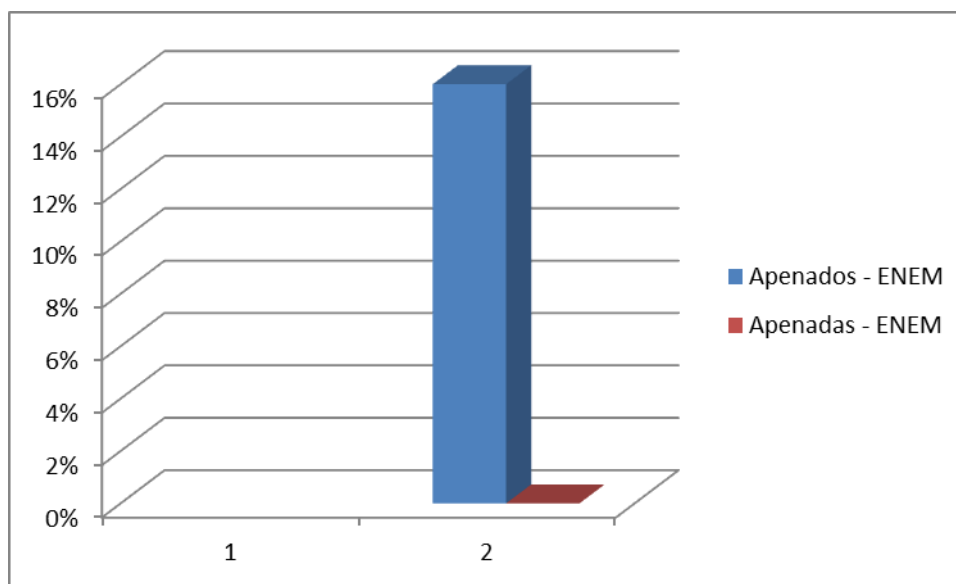


Fonte: Dados da pesquisa

O estudo é feito através de módulos e a realização das aulas ocorre sob responsabilidade dos professores do Centro Estadual de Educação para Jovens e Adultos Cel. Jorge Teixeira de Oliveira (CEEJA), sendo ofertadas aulas para estudantes do Ensino Fundamental e Médio.

Também foi constatado que, no ano de 2014, 23 (vinte e três) reeducandos do sexo masculino prestaram o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), num valor aproximado de 15,8% (quinze vírgula oito por cento). Aqui também as apenadas não prestaram o Exame Nacional, perfazendo 0% (zero por cento). Segue ratificação destes valores no gráfico e imagem abaixo:

Gráfico 05: Porcentagem de reeducandos que fizeram o ENEM



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 05 – Apenados durante realização do ENEM



Fonte: ENTREVISTA..., 2015, *online*.

Questionado sobre o porquê das reeducandas não terem prestado o ENEM, o diretor **entrevistado** informou que não houve seleção para as mulheres, tendo em

vista o fato das mesmas estarem na iminência de serem transferidas para outra unidade prisional (Albergue), em virtude de decisão judicial.

3.2.4 Quanto às assistências: à saúde, social e religiosa.

A Lei de Execução Penal estabelece que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. A referida lei, em seu art. 11, enumera várias assistências ao reeducando e, dentre elas, está a assistência a saúde, social e religiosa.

Assim sendo, em relação a assistência à saúde foi constatado que ocorre atendimento médico aos reeducandos, tanto do sexo feminino quanto masculino. O referido auxílio é realizado uma vez por semana por um médico clínico-geral, atendimento com a enfermeira padrão, duas vezes por semana. Também, atendimento com dentista realizado de segunda a sexta-feira e por técnica de enfermagem, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Porém, não há, atualmente, assistência psicológica aos reeducandos da penitenciária de Rolim de Moura.

A unidade conta com duas assistentes sociais no estabelecimento prisional e a assistência aos reeducandos é feita, segundo o diretor administrativo, em conformidade com o disposto nos artigos 22 e 23, ambos da Lei de Execução Penal.

Por fim, a assistência religiosa é realizada por diversas instituições religiosas que atuam na unidade prisional, tais como: Assembleia de Deus, Metodista Wesleyana, Congregação Cristã do Brasil, Avivamento Bíblico e Adventista do Sétimo Dia.

3.2.5 Quanto à atuação dos órgãos componentes do sistema penitenciário local

Quanto à atuação dos órgãos que compõem o sistema carcerário local, quais sejam: Juiz da Vara de Execução Penal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho da Comunidade, a pesquisa constatou a seguinte situação:

O juiz da Vara de Execução Penal visita regularmente a Penitenciária Regional, pelo menos uma vez a cada 30 (trinta) dias, assim como os membros do Ministério Público. Ainda, a Defensoria Pública comparece a cada 15 (quinze) dias, para prestar assistência jurídica aos reeducandos do estabelecimento prisional.

Visando assegurar os direitos constitucionalmente previstos, também foi realizado o chamado Projeto Mutirão Carcerário na unidade com a finalidade de revisar processos de execução, analisar benefícios, assim como auxiliar no processo de ressocialização, conforme imagem a seguir:

Figura 06 – Apenados durante o Mutirão Carcerário



Fonte: ENTREVISTA..., 2015, *online*.

Ademais, a pesquisa verificou que existe na unidade o Conselho da Comunidade. Vale mencionar, entretanto que, segundo o diretor entrevistado, o referido Conselho não faz visitas regulares a unidade.

3.2.6 Quanto aos projetos de reinserção social

Com relação aos projetos de reinserção social, a pesquisa verificou não existir, atualmente, nenhuma atividade desenvolvida especificamente para a reeducação social. Em relação as mulheres encarceradas, também não há nenhuma atividade relacionada, porquanto o Estado não oferece projetos viáveis em sua execução, nem condições para que os existentes efetivem-se.

A pesquisa detectou ainda que não haver participação direta da Secretaria de Estado e Justiça (SEJUS) no apoio às práticas ressocializadoras desenvolvidas na Penitenciária Regional de Rolim de Moura, pois, de acordo com o diretor administrativo, algumas práticas e projetos desenvolvidos na unidade foram feitos com o apoio da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura.

Afinal, questionado o entrevistado se detecta igualdade no tratamento entre reeducandos do sexo masculino e feminino por parte dos servidores, assim como se ocorre discriminação de gênero, o mesmo afirmou haver sim tratamento igualitário por parte dos servidores, não existindo nenhum tipo de discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal brasileira prevê expressamente que todos são iguais perante a lei, reiterando o princípio da igualdade com relação ao gênero, ao estabelecer que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Todavia, por diversas vezes, o princípio da igualdade é ignorado e a mulher acaba sofrendo discriminação de gênero na sociedade, motivo pelo qual se faz primordial a observação da promoção dos direitos e garantias fundamentais previstas nos dispositivos da Carta Magna, assim como nas legislações infraconstitucionais.

O presente trabalho tratou das disposições constitucionais, infraconstitucionais e tratados internacionais sobre direitos humanos referentes a igualdade de tratamento dispensados aos reeducandos da Penitenciária Regional de Rolim de Moura, no Estado de Rondônia.

Outro ponto destacado foi a observação aos princípios da igualdade e dignidade da pessoa humana, bem como análise da Lei de Execução Penal, por tratarem-se de dispositivos legais que visam efetivar e garantir os direitos dos indivíduos que praticaram atos considerados contrários as normas jurídicas de convivência em sociedade.

Assim, o trabalho abordou os principais aspectos relacionados ao Sistema Penitenciário brasileiro, tais como: sistema adotado, objetivos, bem como órgãos de que são compostos. Ademais, principais informações relacionadas ao Sistema prisional do Estado de Rondônia e Unidades prisionais de Rolim de Moura.

Ainda, foi abordada a estrutura organizacional do sistema penitenciário do Estado de Rondônia, desde a sua criação até os dias atuais, procurando

estabelecer, desta maneira, um resumo histórico das formas reestruturais acontecidas, incluídas citações de decretos e leis que resultaram na criação da atual Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS). Em sequência, foi levantada a realidade carcerária do Estado de Rondônia por meio de dados estatísticos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS).

Ato contínuo, analisou os Direitos Humanos no Sistema Prisional, os princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana e verificou a efetivação desses princípios no plano fático. Foi realizada uma análise sobre os direitos dos presos previstos na Lei de Execução Penal, tais como: direito ao trabalho, ainda sobre assistência material, social, jurídica e à saúde.

Também, determinou uma abordagem sobre a crise e a falência institucional relacionada ao Sistema, assim como os principais prejuízos no processo de ressocialização decorrente dessa crise institucional.

Outrossim, a pesquisa, ainda, versou sobre os aspectos históricos e sociais da (des)igualdade de gênero, mas também suas implicações na sociedade e principalmente no Sistema prisional. Neste capítulo, foi levantada a realidade carcerária da Penitenciária de Rolim de Moura, tendo como base a pesquisa de campo.

Na referida pesquisa foi utilizado o método dedutivo, exploratório e dogmática jurídica. O procedimento técnico aplicado ocorreu por meio da pesquisa de campo, realizada a partir de questionário estruturado, semiaberto, com 80 questões direcionadas ao diretor administrativo da Penitenciária de Rolim de Moura.

Vale ressaltar que os questionamentos elencados na pesquisa estavam relacionados à estrutura da unidade, trabalho, estudo, assistências aos reeducandos, bem como sobre a atuação dos órgãos que compõem o sistema prisional local e os projetos de reinserção social.

Conforme dados da pesquisa, verificou-se que há um déficit de 31 (trinta e uma) vagas na unidade prisional, que há 65% reincidência criminal entre os homens e 80% entre as mulheres, 100% dos reeducandos, tanto homens quanto mulheres, trabalham, porém não recebem remuneração, apenas remição de pena, 26% dos apenados do sexo masculino estudam e 15,8% realizaram o Exame Nacional do

Ensino médio, entretanto nenhum apenado do sexo feminino estuda ou realizou o Exame.

Verificou-se também na pesquisa que não há berçário na unidade prisional, nem estabelecimento prisional próprio para as mulheres encarceradas. Há assistência à saúde, social e religiosa, os órgãos que compõem o sistema penitenciário local são atuantes, com exceção do Conselho da comunidade e não há, atualmente, projetos específicos para reinserção social.

Ademais, o objetivo da pesquisa foi verificar a existência ou não de discriminação de gênero entre reeducandos na Penitenciária de Rolim de Moura. A conclusão que se obteve, nesse estudo, foi a de que, embora o ordenamento jurídico pátrio estabeleça a igualdade de gênero no aspecto jurídico, não há, do ponto de vista fático, igualdade de tratamento entre os reeducandos da penitenciária de Rolim de Moura, conforme demonstrado nos dados percebidos na pesquisa.

Em finalizando, foi enfatizado que a ressocialização é o meio de humanizar a passagem do apenado pelo sistema penitenciário, principalmente se respeitados os direitos e garantias constitucionais como o princípio da igualdade, contribuindo, assim, com a reinserção social dos reeducandos de forma mais justa e igualitária, independentemente se homem ou mulher.

REFERÊNCIAS

ALUNOS visitam presídio de Rolim De Moura. **Alerta Rolim**, Rolim de Moura, 19 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.alertarolim.com.br/noticias/ler/274/>> Acesso em: 22 mai. 2015.

BARATTA, Alessandro. O paradigma de gênero: Da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen Hein (org). **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 11. ed. 2007.

BRASIL, Conselho Nacional do Ministério Público. **A visão do Ministério Público brasileiro sobre o sistema prisional brasileiro**. Brasília: CNMP, 2013. Disponível em: <http://www.cnmp.gov.br/portal/images/portal2013/noticias/2013/Sistema%20Prisional_web_final_2.pdf>. Acesso em: 25 de mai. de 2015.

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. **Novo diagnóstico de pessoas presas no Brasil**. Brasília: CNJ, 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal>>. Acesso em: 25 de mai. de 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações sobre os municípios brasileiros**. Brasília: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110028>> Acesso em: 25 de mai. 2015.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 13 mar. 2015.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.** Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BORGES, Paulo César Corrêa. **Reparação do crime pelo Estado**. São Paulo: Lemos e Cruz, 2003 a.

_____. **Direito penal democrático**. São Paulo: Lemos e Cruz, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.

BUSSINGER, V.V. Fundamentos dos direitos humanos. **Revista Quadrimestral de Serviço Social: Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 53, p. 09-45, março, 1997.

ENTREVISTA: maioria penal e impeachment. **SICtv Rolim de Moura**. Balanço Geral. Rolim de Moura, abril 2015. Disponível em: <<http://www.youtube.com/channel/UCKkQwPFyJVuxvITQVoIF3ig>> Acesso em: 22 mai. 2015.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

FRANCO, Dalton Di. **Agentes da lei, a história dos organismos de segurança Pública de Rondônia e da gente que escreveu**. Disponível em: <<http://agentesdalei.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 25 de mai. de 2015.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Função social da dogmática jurídica**. São Paulo: Max Limonad, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GRECO, Rogério. **Direito penal do equilíbrio**: Uma visão minimalista do Direito Penal. 6. ed. Niterói: Impetus, 2011.

HERKENHOFF, João Baptista. **Mulher no banco dos réus**: o universo feminino sob o olhar de um juiz. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

KROHLING, Aloísio; MIYAMOTO, Yumi. **Sistema prisional brasileiro sob a perspectiva de gênero**: Invisibilidade e desigualdade social da mulher encarcerada. Disponível em: <<http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/9artigo40.pdf>>. Acesso em 20 out. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatórios, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LIMA, Renato Sérgio de. Criminalidade violenta, mortes e as transformações no cenário paulista. **Boletim IBCCRM**, Núcleo de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCRIM, n. 109, p.1-4, 2001.

LIMONGI, Celso Luiz. **Direitos humanos e execução penal**. Disponível em: <<https://ensaiosjuridicos.wordpress.com/2013/03/28/direitos-humanos-e-execucao-penal-celso-luiz-limongi/>> Acesso em: 25 de mai. de 2015.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre governo**. Tradução de E. Jacy Monteiro. São Paulo: IBASA, 1963.

LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2004.

MORAIS, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NUCCI, Guilherme Souza. **Manual de direito penal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

OLIVEIRA, Magali Glaucia Fávaro de; SANTOS, André Felipe Pereira dos. **Desigualdade de gênero no sistema prisional:** Considerações acerca das barreiras à realização de visitas e visitas íntimas às mulheres encarceradas. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/viewFile/15095/11088>> Acesso em: 25 de mai. de 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: < http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php> Acesso em 22 de mai.de 2015.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana de Direitos Humanos, 1969**. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>> Acesso em: 22 de mai. de 2015.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. A desigualdade dos gêneros, o declínio do patriarcalismo e as discriminações Positivas. In: Repensando o Direito de Família – **ANAIS do 1º Congresso Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM)**, Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <http://www.gontijofamilia.adv.br/2008/artigos_pdf/Rodrigo_da_Cunha/DesigualGene ro.pdf> Acesso em 20 out. 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Org.). **Apresentação**. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2011.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 4 ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.

RODRIGUES, Anabela Miranda. **Novo olhar sobre a questão penitenciária**: estatuto jurídico do recluso e socialização, jurisdicionalização, consensualismo e prisão. [s.e.] São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

RODRIGUES, Maria Lúcia. **O sistema prisional feminino e a questão dos Direitos Humanos**: Um desafio às políticas sociais. São Paulo: PC, 2010.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem da desigualdade entre homens**. Tradução de Ana Ravara. São Paulo: Escala, s.d. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, v.7.

SANTOS, André Felipe Pereira Reid dos; OLIVEIRA, Magali Gláucia Fávarode. **Desigualdade de gênero no sistema prisional**: Considerações acerca das barreiras à realização de visitas íntimas às mulheres encarceradas. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/15095/11088>>. Acesso em 20 out. 2014.

STUDART, Heloneida. **Mulher como objeto de cama e mesa**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de direito processual penal**. 8. ed. Salvador: Juspodvm, 2013.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Direito penal brasileiro**: parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ZAFFARONI, E. Raul. **El discurso feminista y el poder punitivo**: Lastrampas del poder punitivo. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2000.

_____. **Em busca das penas perdidas**: A perda da legitimidade do sistema penal. Tradução Vania Romano Pedrosa, Amir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro: Renavam, 1991.
OEA.